

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
número 9

QUESTÕES DEMOGRÁFICAS: FECUNDIDADE E GÊNERO

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

Rio de Janeiro

2004

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3708-3

© IBGE. 2004

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2004.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Alves, José Eustáquio Diniz

Questões demográficas : fecundidade e gênero / José Eustáquio Diniz Alves. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

43p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 9)

Inclui bibliografia.

ISBN 85-240-3708-3

1. Demografia. 2. Fecundidade humana. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

CDU 314

RJ/2004-01

DEM

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. O OBJETO DA DEMOGRAFIA	8
3. O CONTEXTO MUNDIAL DA TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE.....	12
4. PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS DA TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE	14
5. RELAÇÕES DE GÊNERO	23
6. RELAÇÕES DE GÊNERO E FECUNDIDADE.....	30
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
8. BIBLIOGRAFIA	39

RESUMO

O objetivo da demografia é a análise das populações humanas. A demografia estuda o tamanho da população, sua composição por sexo e idade e sua taxa de crescimento. Num contexto em que prevalecem baixas taxas de mortalidade, a compreensão do fenômeno da queda da fecundidade é fundamental para o entendimento da dinâmica populacional. Por sua vez, a compreensão das mudanças nas relações de gênero é essencial para o entendimento da transição da fecundidade, seus níveis e diferenciais nas diversas sociedades. O objetivo deste texto é abordar como as mudanças nas relações de gênero afetam a fecundidade e, conseqüentemente, a dinâmica demográfica. Pretende-se mostrar que sexo é uma variável biológica, porém, gênero é uma variável cultural, histórica e relacional e como isto afeta a análise demográfica.

ABSTRACT

The objective of demography is the analysis of human populations. Demography studies the size of population, its composition by age and sex and its growth rate. In the context in which prevail low rates of mortality, the comprehension of fertility decline phenomenon is imperative to understand population dynamics. On the other hand, the comprehension of the changes in gender relations is essential to understand fertility transition, its levels and differentials in different societies. The objective of this paper is to approach how changes in gender relations affect fertility and, as a consequence, the influences in demographic dynamics. I intend to show that sex is a biological variable; yet, gender is a cultural, historical and relational variable and how this affects demographic analysis.

1. INTRODUÇÃO

Alguns livros textos definem a demografia de duas formas: uma estrita e outra ampla, referindo-se, no primeiro caso, à demografia formal e, no segundo caso, aos estudos de população (Shryock, Siegel, 1976; Newell, 1988). A demografia formal se apoia nas estatísticas vitais e nas duas variáveis que formam a pirâmide etária da população: sexo e idade. Os estudos de população abarcam outras variáveis que dão conta das características sociais, econômicas e culturais das populações. Outros livros (Preston, Heuveline, Guillot, 2001), entretanto, não referendam esta divisão e tratam a demografia como sinônimo de estudos populacionais, abarcando os dois conjuntos de variáveis. Porém, mesmo considerando a demografia na sua concepção mais ampla, existem problemas na definição do seu escopo teórico e na sua relação com as demais disciplinas das ciências sociais.

Segundo McNicoll (1992) as três fontes da demografia são: a) a economia política clássica da população; b) as técnicas estatísticas e atuariais de análise das regularidades e padrões da população; c) as técnicas de análise da dinâmica demográfica. Contudo, ao longo dos últimos 200 anos a demografia tem estreitado as abordagens referentes ao primeiro tema e reforçado e ampliado os outros dois itens mais técnicos. A demografia tem recuado de suas próprias fronteiras e cedido espaço para outras disciplinas. Os economistas passaram a formular teorias sobre o casamento e a fecundidade, com resultados interessantes (Becker, 1960). Outros problemas típicos dos estudos populacionais como as questões da fome e do meio ambiente, tem sido tratadas pela economia rural e pelos ambientalistas.

Segundo Schofield e Coleman (1986) a demografia tem apresentado dificuldades para definir quais são os “*problemas populacionais*” e de elaborar um sistema internamente coerente e capaz de integrar as escalas macro e micro da análise. Referindo-se aos métodos de pesquisa demográfica, os autores mostram que os problemas provocados pela ausência de um corpo teórico bem estruturado na demografia: “*Quando a teoria é fraca ou díspar, o conteúdo dos seus assuntos e objetivos permanecem mal definidos. Quando se dá pouca consideração para a metodologia mais apropriada, o resultado do trabalho empírico é pobremente estruturado e o intuito falha em desenvolver seu potencial integral. Assim, é útil refletir sobre qual é a questão da demografia. Qual é a contribuição intelectual que é sua propriedade específica; e onde e como a demografia pode dar sua contribuição mais efetiva*” (p. 3).

Pelo exposto, a demografia precisa definir quais são os “*problemas populacionais*” e como ela se relaciona com outras disciplinas e temas. Por exemplo, se a variável sexo é fundamental para a demografia, a questão de gênero não pode ser menos importante. Sexo é uma variável biológica e adstrita, enquanto gênero é uma variável cultural, histórica e relacional. A questão de gênero é, particularmente, importante no estudo da transição da fecundidade. Ao longo da história, a demografia tem apresentado muitos avanços, porém é preciso saber tratar com a questão da transversalidade das questões de gênero.

2. O OBJETO DA DEMOGRAFIA

O termo demografia foi utilizado pela primeira vez, em 1855, pelo pesquisador belga Achille Guillard. A etimologia mostra que a palavra demografia é formada a partir de dois vocábulos gregos *dámos* (*Demo*) que quer dizer povo, população ou povoação e *gráphein* (grafia) que quer dizer ação de escrever, descrição, tratado ou estudo. Portanto, o objeto da demografia é a análise das populações humanas e suas características gerais. Mais especificamente, a demografia estuda o tamanho da população, sua composição por sexo e idade e sua taxa de crescimento (positiva ou negativa). Os componentes da dinâmica populacional estão expressos na equação básica da demografia:

$$P_2 = P_1 + N_{1-2} - O_{1-2} + I_{1-2} - E_{1-2}$$

Onde,

P corresponde ao tamanho da população, N ao número de nascimentos, O ao número de óbitos, I ao número de imigrantes, E ao número de emigrantes e os índices 1 ao tempo inicial e o 2 ao tempo final.

Assim, em um dado território e em um lapso de tempo compreendido entre os períodos 1 e 2, o tamanho final da população é determinado pela população inicial mais o número de nascimentos do período, menos o número de óbitos, mais o número de imigrantes e menos o número de emigrantes.

A partir desta equação básica, a demografia desenvolveu sofisticados métodos de análise dos três componentes da dinâmica populacional e um expressivo número de técnicas quantitativas¹. No curto prazo, a análise demográfica é capaz de explicar e prever de forma bastante razoável o tamanho, a evolução e a composição das populações. Já as projeções de longo prazo são sempre sujeitas às mudanças socioeconômicas e comportamentais. Mesmo assim, a demografia é capaz de traçar, com razoável grau de certeza, os cenários futuros da dimensão, das taxas de crescimento e da estrutura etária das populações.

Contudo, uma questão que a demografia não consegue responder de maneira exata, é qual o tamanho ideal de uma população. Não existe uma resposta única para determinar qual é o número de habitantes capaz de maximizar a utilização racional dos recursos de um determinado território. Fica então aberta a questão: qual o tamanho de uma população capaz de garantir o bem-estar de seus cidadãos e o respeito ao meio ambiente, dentro de um espaço geográfico delimitado? Os livros textos de demografia não trazem resposta sobre o “ótimo populacional” e os dados empíricos mostram uma diversidade de situações.

As informações demográficas apresentadas na tabela 1, mostram que existem países com grandes territórios, populações bastante diferentes, mas a renda per capita²

¹ Entre os diversos métodos e técnicas demográficas vale ressaltar: pirâmide etária, tábua de vida, análise de sobrevivência, populações estáveis, projeções por componentes, além de diversos métodos indiretos de estimação.

² A renda per capita é uma medida que não considera o grau de desigualdade social dentro dos países, mas pode servir como um indicador simples e aproximado do grau de desenvolvimento de um país. Na tabela 1 a renda per capita está representada em poder de paridade de compra (ppp), que indica o montante de bens e serviços que se pode comprar com uma dada quantidade de dinheiro e convertida em dólar americano (para maiores detalhes, ver nota técnica no site mencionado na tabela).

não guarda relação com a densidade demográfica. Por exemplo, Brasil, Canadá e Estados Unidos da América (EUA) são três países com extensões territoriais semelhantes, contudo, enquanto os EUA possuem a maior população, a maior densidade demográfica (77 hab/milhas²) e a maior renda per capita, o Canadá possui uma baixíssima densidade demográfica (8 hab/milhas²) e alta renda per capita e o Brasil possui uma densidade demográfica intermediária (53 hab/milhas²) e uma baixa renda per capita. Já Bangladesh, Nigéria e Japão são países que tinham populações de tamanho semelhantes, mas o primeiro com altíssima densidade demográfica possuía renda per capita muito baixa. O Japão com alta densidade demográfica, mas menor que aquela de Bangladesh, possuía alta renda per capita, enquanto a Nigéria com a menor densidade demográfica dos três, possuía a menor renda per capita. Senegal e a Suécia exemplificam dois países que possuíam populações aproximadamente do mesmo tamanho, todavia, apresentavam rendas per capita antípodas. Por fim, Singapura é um Estado-cidade que possui elevadíssima densidade demográfica e alta renda per capita.

Tabela 1

População, PIB, renda per capita, território e densidade demográfica
Países selecionados

Países	População (milhões) 2002	PIB per capita (ppp) 2000	Área milhas²	Densidade demográfica 2002
Bangladesh	133,6	1.440	18.147	2.403
Brasil	173,8	7.300	3.300.154	53
Canadá	31,3	27.170	3.849.670	8
EUA	287,4	34.100	3.717.796	77
Japão	127,4	27.080	145.869	873
Nigéria	129,9	800	356.668	364
Senegal	9,9	1.480	75.954	130
Singapura	4,2	24.910	239	17.746
Suécia	8,9	23.970	173.730	51

Fonte: World Population Data Sheet, 2002, PRB, www.prb.org

Além das dificuldades para se definir o tamanho ótimo de uma população, a demografia encontra obstáculos para estabelecer qual é o ritmo de crescimento da população capaz de propiciar maiores taxas de crescimento econômico. Existem autores que vêem uma relação positiva entre estas duas variáveis. Ester Boserup e Julian Simon argumentam que o aumento da população estimula os avanços tecnológicos e favorece o desenvolvimento econômico dos países. Contudo estes autores ficaram ofuscados pelas principais correntes dos estudos populacionais e das políticas demográficas. Ao longo dos dois últimos séculos o debate demográfico mais intenso tem se dado entre aqueles que enxergam uma relação negativa e aqueles que postulam uma relação neutra entre o crescimento populacional e o crescimento econômico. Os primeiros (Malthus, 1983, Ehrlich, 1968, Cohen, 1995) argumentam que o alto crescimento da população é um problema e os segundos (Marx, 1980; Singer, 1977) dizem que não existe o tal “problema populacional”.

O debate entre população e desenvolvimento tem se dado, também, em torno da interdependência destas variáveis e da condição de equilíbrio. Existem algumas visões que consideram que, no longo prazo, população e desenvolvimento ficam sempre em equilíbrio e são forças que se auto-ajustam, enquanto outras consideram que o desequilíbrio é uma constante. Algumas consideram que a população é uma variável independente e outras a consideram uma variável dependente do modo de produção econômico prevalecente na sociedade.

Para a compreensão do debate entre população e desenvolvimento é preciso ter claro qual é o papel desempenhado pela variável fecundidade. A transição da fecundidade é um fenômeno que afeta o ritmo de crescimento da população e a sua estrutura etária. Num contexto de queda da mortalidade, as altas taxas de fecundidade deram origem ao medo da “explosão populacional” e, taxas abaixo do nível de reposição, deram origem ao medo da “implosão populacional”. Assim, para a verdadeira compreensão da dinâmica demográfica, é fundamental se ter uma compreensão mais precisa do processo de declínio da fecundidade.

3. O CONTEXTO MUNDIAL DA TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE

A transição da fecundidade é um fenômeno relativamente novo na história da humanidade. A passagem de altos a baixos níveis de fecundidade aconteceu nos últimos dois séculos, começando pelos países hoje classificados como desenvolvidos, sendo seguida, em diferentes ritmos, pelos países chamados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A transição da fecundidade é um fenômeno social da maior importância, pois, além de afetar a dinâmica do crescimento demográfico, afeta a estrutura etária da população, com grandes conseqüências sobre o relacionamento entre as gerações e os diversos grupos de idade. As mudanças da estrutura etária transcendem os aspectos demográficos, afetando as políticas de educação, saúde, emprego e previdência, tendo profundo efeito sobre o processo de planejamento socioeconômico do país e sobre as políticas públicas.

A queda da fecundidade se acentuou nas últimas três décadas do século XX. A fecundidade mundial passou de 4,5 filhos por mulher no período 1970-75 para 2,8 filhos no período 1995-2000 (ONU, 2002). A tabela 2 mostra que em 1970 havia 106 países com taxas de fecundidade acima de 5 filhos, o que representava 43% da população mundial. Desde então, a maioria desses países progrediu para diferentes estágios da transição da fecundidade. No ano 2000, apenas 49 países, com uma população de 771 milhões, tinham níveis de fecundidade acima de 5 filhos por mulher, o que representava somente 13% da população mundial. Na virada do milênio, a maioria dos países (74), representando 43% da população mundial, tinha níveis intermediários de fecundidade (entre 5 e 2,1 filhos), incluindo grande países como Índia, Indonésia, Brasil e Bangladesh. Em 1970, apenas 20 países, representando 18% da população mundial possuíam fecundidade ao nível de reposição ou abaixo. No ano 2000, já eram 64 países com fecundidade igual ou menor de 2,1 filhos, o que representava 44% da população mundial.

Tabela 2

Número de países, tamanho da população e distribuição da população por níveis de fecundidade

Ano	Taxa Total de Fecundidade (filhos por mulher)			Total
	Maior ou igual a 5	Menor que 5 e maior que 2,1	Menor ou igual a 2,1	
	Número de países			
1970	106	61	20	187
1980	80	67	40	187
1990	58	74	55	187
2000	49	74	64	187
	Tamanho da população (número em milhares)			
1970	1588865	1427507	673272	3689643
1980	806155	2606368	1015763	4428286
1990	682908	2141955	2428283	5253146
2000	770757	2606062	2677944	6054764
	Tamanho da população (%)			
1970	43	39	18	100
1980	18	59	23	100
1990	13	41	46	100
2000	13	43	44	100

Fonte: Fertility levels and trends in countries with intermediate levels of fertility, United Nations, Population Division – 2002, p.15 .

<http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility.htm>

Os dados da tabela 2 servem para se traçar um quadro dos níveis da fecundidade por grupos de países e para mostrar que a redução do tamanho da prole entre as mulheres (e os casais) é um acontecimento que tem se generalizado. Entretanto, não existe consenso em relação às condições específicas em que ocorre a transição da fecundidade nos diferentes contextos e realidades sociais, econômicas e culturais. Muito menos existe consenso sobre as tendências futuras da fecundidade. Como, então, se pode projetar o tamanho e a estrutura etária da população de um país ou região para as primeiras décadas do século XXI? Quais os principais fatores que devem ser levados em conta nas projeções da fecundidade?

Existe uma dificuldade inerente à todo processo de projeção que é impossível de ser superado. Toda previsão demográfica se baseia em determinadas premissas arbitrárias. Evidentemente, existem forças amplamente conhecidas que afetam o processo de declínio da fecundidade, particularmente aquelas ligadas ao desenvolvimento

socioeconômico, tais como, urbanização, industrialização, declínio da mortalidade infantil, participação feminina no mercado de trabalho, educação e acesso a meios de regulação da fecundidade. A questão que dificulta qualquer análise é que a fecundidade tem apresentado níveis e ritmos de queda diferentes em diversos contextos socioeconômicos e culturais. A diversidade da realidade demográfica se reflete no amplo leque das formulações teóricas.

Não existe uma teoria que dê conta de todos os aspectos temporais e espaciais da transição da fecundidade. Só o estudo empírico detalhado pode responder as múltiplas determinações concretas do comportamento da fecundidade nas diferentes regiões do mundo e até mesmo nas diferentes regiões de um país. Contudo, a ausência de uma teoria unificadora sobre a transição da fecundidade não deve ser tomada como uma indicação para a adoção de um empirismo simplificador. Existem muitas abordagens teóricas para o estudo da transição da fecundidade. Algumas são contraditórias e outras não. O desafio para qualquer demógrafo é saber utilizar as diferentes teorias de uma forma coerente e adaptada para as condições reais em que pretende delimitar o escopo do seu trabalho.

4. PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS DA TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE

Uma das primeiras tentativas teóricas construídas para explicar a redução das taxas de mortalidade e fecundidade foi a abordagem da Transição Demográfica. O fenômeno da transição demográfica, descrito originalmente por Thompson em 1929, compreende três etapas: 1) a taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece elevada, provocando um rápido crescimento populacional; 2) posteriormente, a taxa de natalidade começa a cair, reduzindo o ritmo de crescimento da população; 3) finalmente, existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento demográfico. Evidentemente, essa descrição esquemática é bastante genérica e não dá conta das múltiplas experiências concretas. Esta descrição nada diz sobre o “começo, o meio e o fim” da transição e nem sobre os níveis e o ritmo de queda das taxas vitais. Assim, a transição demográfica deve ser vista como um fato e não como uma teoria. Com efeito, a transição demográfica é uma expressão cunhada para se referir ao processo de

redução das taxas de mortalidade e fecundidade. Trata-se, portanto, de um fenômeno sobre o qual foram elaboradas várias abordagens teóricas para explicá-lo.

- **Abordagem da Modernização**

Nostestein (1945) foi um dos primeiros autores a adotar uma abordagem macro, relacionando a transição demográfica com o desenvolvimento econômico. Segundo ele, o processo de modernização, ocorrido na Europa Ocidental, América do Norte e Oceania, trouxe grandes ganhos de produtividade que possibilitaram o aumento da oferta de bens em geral, e de bens de subsistência, em particular, o que resultou em melhorias no padrão de vida da população. Este fato, aliado ao controle sobre as doenças, possibilitou a redução das taxas de mortalidade. A taxa de fecundidade continuou alta em decorrência do fato de a sociedade manter na memória o período da elevada incidência da mortalidade, período no qual as leis, as doutrinas religiosas, os códigos morais, a educação, os costumes comunitários, os hábitos de casamento e as organizações familiares estavam orientadas para a obtenção de um grande número de filhos. Após um certo tempo, o processo de modernização, entendido como urbanização e industrialização, reduziria a fecundidade devido ao crescimento do individualismo e do enfraquecimento dos laços familiares e comunitários. Os velhos tabus e preconceitos são superados e o controle da fecundidade passa a ser adotado em larga escala.

A chamada Teoria da Modernização fez bastante sucesso, porém muitas pessoas usam a abordagem da modernização para explicar a queda das taxas de fecundidade e mortalidade como se fosse a própria descrição da transição demográfica. Contudo é preciso separar a teoria do fenômeno. Além disto, é preciso distinguir as especificidades das transições da mortalidade e da fecundidade. Seria simplismo supor que se pode explicar dois fenômenos tão importantes através de um mesmo conjunto de fatores. Obviamente, existem forças sociais e econômicas que atuam ao mesmo tempo sobre ambas as taxas, mas existem também particularidades que não podem ser desprezadas.

- **Modernização e Neomalthusianismo**

Na formulação de Notestein a queda da fecundidade viria, com uma certa defasagem, após a queda da mortalidade e seria impulsionada pelas mesmas forças sociais da modernização originadas do desenvolvimento econômico. Este seria um processo necessário e suficiente para a transição demográfica. Com base nesse arcabouço, Coale e Hoover (1966) publicaram, originalmente em 1958, o livro “População e desenvolvimento econômico”, visando a discutir a experiência dos países de baixa renda, exemplificados pelo caso da Índia e do México. Para eles, a experiência da transição demográfica seria diferente entre os países do Primeiro Mundo e países do Terceiro Mundo. No primeiro caso, a transição ocorreria tal como descrita pelo arcabouço da teoria da modernização, vale dizer, as mesmas forças responsáveis pela queda da mortalidade provocariam, de forma endógena, a queda da fecundidade. No segundo caso, entretanto, a queda da mortalidade teria se dado de forma exógena, devido à importação de antibióticos e inseticidas, à criação de organizações de saúde pública eficazes e à aplicação de métodos sanitários convenientes e de baixo custo. Os autores argumentam, então, que a queda da mortalidade ocorreu sem grandes transformações da estrutura econômica interna nos países subdesenvolvidos e concluem que o desenvolvimento econômico não é uma condição necessária para a transição da mortalidade nesses países.

Por outro lado, Coale e Hoover consideram que um certo limiar de desenvolvimento (threshold) deveria ser atingido para que a fecundidade começasse a cair, como no modelo de transição europeu. Porém, como os países de baixa renda ainda estavam atrasados no processo de desenvolvimento e na mudança da estrutura social, tenderiam a prevalecer as “atitudes, crenças e tradições”, isto é, as “escoras culturais pró-natalistas”, que sustentam um grande tamanho de família. Assim o desenvolvimento econômico seria necessário para o início da transição da fecundidade. Caso isto não ocorresse, os países do Terceiro Mundo cairiam num círculo vicioso, pois a redução exógena da mortalidade provocaria um rápido crescimento populacional, o que traria como conseqüência, a elevação da dependência demográfica. A alta percentagem de jovens absorveria a poupança existente, inviabilizando ou retardando os investimentos privados e a capacidade de o governo levantar fundos para a decolagem do desenvolvimento. Nesse caso, altas taxas de crescimento demográfico seriam responsáveis pelo atraso econômico.

Esse tipo de análise é a base para o que se convencionou chamar de neomalthusianismo, que foi uma tendência muito forte principalmente nos anos de 1950 e 1960. Nessas duas décadas, aconteceu o maior crescimento populacional da história da humanidade, o que alimentou o medo da propalada explosão populacional. Mas, ao contrário de Malthus, os demógrafos neomalthusianos não estavam propondo a redução do valor do salário como meio de controlar a população, mas, sim, a utilização de métodos contraceptivos para reduzir a fecundidade. Livres dos preconceitos religiosos de Malthus, o neomalthusianismo passou a recomendar a utilização de métodos contraceptivos modernos dentro e fora do casamento, da esterilização e, em certos casos, até do aborto. Eles chegaram a recomendar o estabelecimento de metas demográficas e políticas populacionais restritivas. Não deixaram de advogar o uso de métodos coercitivos de limitação do tamanho das famílias. Obviamente, eram (e ainda são) contra o estabelecimento de direitos sexuais e reprodutivos, que é uma bandeira que se firmou a partir da Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994.

- **Revisão da Abordagem da Modernização**

Contudo, a despeito da preocupação neomalthusiana, a transição da fecundidade começou a se generalizar também nos países subdesenvolvidos a partir, notavelmente, dos anos 70. O medo da “bomba populacional” começou a se dissipar na medida em que os casais diminuíam o tamanho da prole na maior parte do mundo. Esse processo é complexo, mas o fato é que, com ou sem política populacional restritiva, as famílias passaram a desejar um número menor de filhos. O próprio Coale (1979), com base nos estudos da Universidade de Princeton, reavalia os processos de transição demográfica e abandona a idéia da necessidade de um “limiar de desenvolvimento” para o início da redução do número médio de filhos das famílias. O desenvolvimento passa a ser visto como uma condição suficiente, mas não necessária à transição da fecundidade. Nesse sentido, ele rompe com várias limitações das análises neomalthusianas e reconhece que a redução da fecundidade pode ocorrer em diversos contextos socioeconômicos.

Em sua revisão, Coale generaliza três condições que devem estar presentes em qualquer processo de transição: 1) a redução da fecundidade deve ser uma decisão racional; 2) os casais devem perceber benefícios na adoção de uma família menor; 3) deve haver disponibilidade de métodos contraceptivos efetivos. A abordagem da

modernização estabelece uma relação positiva entre desenvolvimento e transição da fecundidade, sendo esta última uma variável dependente. Nas primeiras formulações, o desenvolvimento era considerado necessário e suficiente para a redução da fecundidade, porém, nas formulações posteriores, passa a ser considerado suficiente, mas não essencialmente necessário. Se essas últimas formulações representam um avanço teórico, representam também um enfraquecimento do arcabouço inicial da teoria, pois se está admitindo que a transição da fecundidade pode ocorrer em sociedades com baixo grau de modernização.

- **Abordagem da Inovação-Difusão**

Uma crítica explícita à abordagem da modernização foi feita por Knodel e Van de Walle (1979) ao rechaçarem o slogan: “o desenvolvimento é o melhor contraceptivo”. Os autores minimizam o papel dos determinantes econômicos da fecundidade e sobrevalorizam o papel dos determinantes culturais. Eles reinterpretem toda a história da transição demográfica e defendem a abordagem da inovação-difusão, na qual o início da transição está relacionado com uma inovação: o “controle da fecundidade por terminação” ou “controle por parturição”. Esse tipo de controle difere do adiamento do primeiro filho ou do espaçamento das gestações e não era uma prática adotada antes do processo transicional. O método de limitação do tamanho da família foi uma inovação que deu início à transição da fecundidade e que prosseguiu através do processo de difusão e, uma vez iniciado, seria irreversível. Eles buscam mostrar que, tanto a inovação quanto a difusão foram mais influenciados pelo contexto cultural do que pelo contexto econômico. Dessa forma, as abordagens culturalistas consideram que a redução da fecundidade pode acontecer em qualquer contexto socioeconômico, independentemente do processo de modernização.

Contudo as abordagens econômicas e culturais não são excludentes. Retherford e Palmore (1983) buscam conciliar as duas abordagens, mostrando que o processo de modernização facilita o surgimento de grupos inovadores e a difusão de novas idéias. Eles mostram, também, que o arcabouço da inovação-difusão é compatível com as três condições indispensáveis para a transição da fecundidade, sistematizadas por Coale (1979). Dessa forma, a transição da fecundidade é um fenômeno que tem múltiplas determinações e, mesmo sendo ou não um processo irreversível, é, sem dúvida, uma

realidade que veio para ficar. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a População, 18 países já devem apresentar redução da população até o ano de 2025. Entre as maiores perdas encontram-se a Rússia que deve ter o número de habitantes reduzido de 147,2 milhões no ano 2000 para 137,9 milhões em 2025, o Japão de 126,7 para 121,2 milhões, a Alemanha de 82,2 para 80,2 milhões, a Itália de 57,3 para 51,3 milhões, a Ucrânia de 50,7 para 45,7 milhões e a Espanha de 39,6 para 36,7 milhões (UNFPA, 2000).

A permanência de taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, após o fim da primeira transição demográfica, deu origem ao fenômeno conhecido na literatura demográfica como "segunda transição demográfica". Segundo Van de Kaa (1987), isto acontece em um contexto de crescimento do individualismo e de enfraquecimento da família. O que caracteriza essa segunda transição é o baixo número médio de filhos num momento de redução das taxas de nupcialidade, da elevação da idade média ao casar, da elevação da idade média da mulher à primeira gravidez, da elevação dos índices de separações e divórcios, do maior número de filhos fora do casamento, de uma maior pluralidade nos arranjos familiares (inclusive com a união homossexual), do crescimento da coabitação, de casais vivendo em casas separadas, da utilização generalizada de métodos eficientes de contracepção, por níveis cada vez mais elevados de escolaridade, da cada vez maior participação feminina no mercado de trabalho e de um crescente individualismo.

- **Abordagens Microeconômicas**

Enquanto as abordagens macro tratam de forças que atuam sobre a dinâmica demográfica definidas fora do ambiente familiar, a partir de alto grau de agregação, a teoria microeconômica neoclássica da fecundidade enfatiza os determinantes próximos definidos a partir da escolha dos casais. O instrumental microeconômico para a análise do comportamento reprodutivo começou com os trabalhos de Becker (1960) e, posteriormente, Schultz (1972). O argumento da escola "New home economics" envolve três questões: o custo relativo dos filhos versus outros bens, a renda do casal e a preferência por filhos versus formas competitivas de consumo. A mudança na demanda de filhos ocorreria devido: a) mudanças na renda familiar; b) mudança nos preços relativos.

O efeito renda e o efeito preço agem, muitas vezes, em sentido oposto, como exemplificado pela maior educação da mulher. A abordagem microeconômica considera que, sendo um investimento em capital humano, maiores níveis educacionais resultariam em maiores salários e maiores oportunidades de emprego, o que provocaria um aumento do custo de oportunidade dos filhos. A elevação dos salários provocaria um efeito substituição através do aumento da oferta de trabalho e a redução do tempo gasto em atividades tempo intensivas, como é a criação de crianças. A elevação dos salários provocaria, também, um efeito renda, aumentando a demanda por filhos. O resultado líquido destes dois efeitos pode ser diferente para homens e mulheres. Se a mulher dedica maior tempo à criação de filhos, então um aumento nos salários femininos provocará um aumento maior no custo de oportunidade das crianças do que um aumento nos salários masculinos. Se a mulher é menos ativa no mercado de trabalho que seu marido, então um aumento nos salários femininos provocará um menor efeito renda. A combinação desses efeitos sugere que um aumento da educação e, em consequência dos salários femininos, deverá provocar uma maior redução da fecundidade do que o mesmo aumento para o caso masculino.

Existem diversas críticas sobre a possibilidade de se adequar os instrumentais microeconômicos para estudar o fenômeno demográfico que é essencialmente social e também à ausência de considerações institucionais no processo de transição da fecundidade. A crítica feminista enfatiza a necessidade de se considerar a distribuição de custos e ganhos dentro da família a partir de uma análise de gênero. Folbre (1983), por exemplo, considera como uma das maiores fraquezas desta abordagem o fato da microeconomia da fecundidade tratar a família como uma “caixa preta” e não levar em consideração as mudanças nas relações de poder entre marido e esposa e os processos de dominação/resistência e conflito/compromisso próprios da instituição familiar.

Em parte, a superação desses problemas foi tentada em formulações posteriores. A abordagem de Easterlin (1975) e Easterlin e Crimmins (1985) explica o comportamento reprodutivo em termos de três determinantes: a oferta de crianças, isto é, o número de crianças que os pais podem sustentar na ausência de controle deliberado da fecundidade; a demanda por filhos, ou o número de filhos sobreviventes que o casal deseja ter; e o custo da regulação da fecundidade, onde os custos são monetários, sociais e psicológicos.

- **Abordagens da Adaptação e Respostas Multifásicas**

As abordagens sociológicas estudam os fenômenos demográficos através de vários planos de causalidade e de determinações complexas. Davis (1963) considera que as mudanças demográficas são reflexivas e comportamentais: reflexiva no sentido de que a mudança em um componente é, eventualmente, alterada pela mudança por ela induzida em outros componentes, e comportamental no sentido que o processo de mudanças envolve decisões humanas na busca de metas, através de vários meios e condições. O autor considera que uma população responde de maneira multifásica aos “fatores de pressão”. Por exemplo, as respostas multifásicas a um alto crescimento populacional, podem vir através da migração, quando o acesso à terra torna-se um problema crônico, através da nupcialidade com adoção de alta proporção de celibatos permanentes, ou através da utilização de meios contraceptivos ou do aborto.

Semelhante ao escopo acima, a abordagem da adaptação de Carlsson (1966) busca um enfoque sociológico para explicar o declínio secular da fecundidade. Ele considera que uma população sob pressão para limitar seu crescimento tende a reagir de mais de uma maneira. Fecundidade, nupcialidade e migração são vistas de maneira conjunta e como respostas intercambiáveis. Estudando o caso da Suécia, o autor chega à conclusão que a transição da fecundidade deve ser entendida como um processo de adaptação demográfica a uma nova realidade socioeconômica.

- **Abordagem da Secularização e do Fluxo Intergeracional**

A abordagem da Secularização apresentada por Lestahaeghe e Wilson (1986) considera fundamental a análise da mudança do modo de produção familiar e intensivo para um modo de produção urbano-industrial e não baseado no trabalho familiar. Os autores consideram que um elemento decisivo para se entender o declínio da fecundidade é o fator cultural, mais especificamente o enfraquecimento da moral religiosa e do sistema ético tradicional provocado pela difusão dos ideais seculares. Analisando a transição ocorrida na Europa Ocidental, eles observam que menores taxas de fecundidade já tinham sido alcançadas devido ao casamento tardio, porém a queda da fecundidade marital só ocorreu com o avanço do processo de secularização.

Na mesma linha, Cleland e Wilson (1987) chamam a atenção para as “forças ideativas” (Ideational forces), já que o importante para a transição da fecundidade seria a predominância do pensamento lógico, racional, secular e cosmopolita em superação ao fatalismo, à passividade e às tradições religiosas e paroquiais que predominam em sociedades tradicionais. Eles consideram que a fecundidade predominava na maioria das populações antes da transição, apesar dos diferenciais existentes devido à interferência de outras variáveis intermediárias que não o uso de meios contraceptivos, que a ausência de formas de limitação da família não implica, necessariamente, que os filhos representam um retorno líquido para os pais e que os diferenciais e mudanças nos níveis de fecundidade natural não estão, em larga escala, relacionados com fatores econômicos.

Caldwell (1976) afirma, de forma categórica, que só existem dois tipos de regimes de fecundidade (com exceção do período de transição): um, em que prevalecem altas taxas de nascimento e os pais não têm ganhos econômicos no controle da fecundidade; outro, em que prevalecem baixas taxas de nascimento e não há ganhos econômicos em tal controle. Em ambas as situações o comportamento dos indivíduos é economicamente racional. No regime de alta fecundidade o fluxo de riquezas (moeda, bens, serviços e proteção contra riscos) vai dos filhos para os pais, ou das novas para as velhas gerações, enquanto no regime de baixa fecundidade há uma reversão deste fluxo, indo dos pais para os filhos, ou das velhas para as novas gerações. A questão chave para se entender a transição da fecundidade, passa a ser a compreensão da direção e magnitude do fluxo intergeracional de riqueza.

Para Caldwell, a reversão do fluxo intergeracional não é mecanicamente determinada pelas condições econômicas, mas sim, por um fenômeno social que decorre da mudança da família extensiva para a família nuclear. O processo de ocidentalização significa a erosão das estruturas tradicionais da família e a promoção de um processo de nuclearização que tem como consequência o declínio da fecundidade. Por isso, as forças que sustentam uma fecundidade elevada podem ser mantidas pelo processo de modernização se não forem acompanhadas por mudanças sociais específicas.

- **Limitações gerais das diversas abordagens**

Todas as abordagens teóricas resenhadas estão enfocadas em alguma face da multifacetada transição demográfica. Todas contribuem em certo sentido para a

compreensão do fenômeno, mas todas, também, têm as suas limitações. Embora as diversas abordagens contenham importantes idéias, nenhuma oferece uma completa explicação para o conhecimento do declínio da fecundidade nas suas diversas particularidades

Segundo Mason (1997) os demógrafos cometem quatro erros ao buscar uma teoria unificada da transição da fecundidade: 1) assumir que todas as transições têm a mesma causa; 2) ignorar que o declínio da mortalidade é uma pré-condição para o declínio da fecundidade; 3) assumir que a regulação da fecundidade é fundamentalmente diferente na sociedade pré-transicional e na pós-transicional; 4) focar a análise numa escala de tempo decenal. Ela considera que nosso conhecimento da transição da fecundidade é extremamente rico e que uma maior compreensão desse fenômeno decorre mais da falta de habilidade para analisar cada contexto concreto do que pela falta de conhecimento teórico.

5. RELAÇÕES DE GÊNERO

Nos estudos demográficos, os cálculos das taxas de fecundidade são feitos tomando-se a mulher como referência. A justificativa técnica para isso é que o período de fertilidade da mulher é menor e mais preciso que o do homem, e a prova de maternidade é mais garantida que a de paternidade. Entretanto, a mulher deve estar no centro dos estudos de fecundidade não apenas por essas características biológicas, mas por sua posição na estrutura familiar, na gestação e criação dos filhos e por sua forma de inserção na sociedade. Sexo e idade são as duas variáveis demográficas básicas. Contudo, ao se fazer uma análise relacional idade e sexo se transmudam em geração e gênero.

O conceito de gênero representa um avanço teórico na medida em que deixa de analisar os papéis desempenhados pelos sexos, para analisar as relações sociais envolvidas no inter-relacionamento entre homem e mulher em todos os campos de atividade. Durante muito tempo as mulheres foram invisíveis para as ciências sociais. O primeiro esforço do movimento de mulheres (e de alguns homens) foi mostrar que as mulheres faziam parte da história e que tinham uma história. Em seguida houve uma preocupação com o método de análise, pois onde havia teoria não havia mulheres e onde

havia mulheres não havia teoria. Como reação a esta situação, os estudos de mulheres iniciaram dando visibilidade para o “segundo sexo” e chamando a atenção para as especificidades existentes entre homens e mulheres na sociedade, na religião, no mundo do trabalho, no capitalismo etc. Lançou-se luzes sobre as desigualdades de gênero e a situação de subordinação, exploração, opressão e demais desigualdades sociais, históricas e culturais entre homens e mulheres.

O gênero passou a ser a forma de apresentação das desigualdades não-naturais entre os sexos, quer sejam entre as classes, raças, etnias, família, sociedade etc. Foi ficando claro que a mulher subjugada, não nasce subjugada. Ela se torna subjugada somente dentro de certas relações. Estas relações são sociais e históricas. As relações de gênero não podem ser reduzidas e subsumidas em outras relações tais como aquelas do patriarcalismo, do capitalismo ou do socialismo estatal.

Contra a tendência generalizada de ocultação da presença da mulher na história surgiram uma série de pesquisas que buscaram resgatar as diversas contribuições femininas. Aconteceu, então, uma proliferação de trabalhos que foram classificados como “estudos de mulher”. Em sua maioria, estes estudos eram descritivos e visavam lançar luz sobre as experiências e a participação feminina. Apesar da importância da maioria deles, suas limitações eram evidentes, pois existe uma diferença muito grande entre se fazer uma história das mulheres e o estudo das mulheres na história. Assim, tais estudos de mulheres passaram a ser considerados uma alternativa válida, mas secundária diante do eixo central das análises históricas. Como mostrou Scott (1989):

“No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (‘as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente’ ou ‘a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica’). No que diz respeito à participação das mulheres na história a reação foi um interesse mínimo no melhor dos casos” (p. 3).

Uma segunda limitação é expresso na tendência dos estudos de mulheres em desconsiderar seus congêneres do sexo masculino, o que levou a uma análise da história das mulheres isolada da história dos homens e à formação de um domínio de estudo

separado do campo central da história. Desta forma, os estudos femininos, ao mesmo tempo em que lançavam luzes sobre a realidade do “segundo sexo”, tendiam a se confinar num gueto acadêmico. No plano da experiência prática, este tipo de análise levava à constituição de reivindicações específicas e à uma departamentalização das lutas femininas. Uma terceira limitação destes estudos descritivos decorria da falta de uma teoria. Nenhuma ciência se faz apenas com observações e medidas. Não basta coletar dados estatísticos, enumerar fatos ou colecionar depoimentos. É certo que as evidências são fundamentais, mas toda ciência requer a criação de hipóteses, a possibilidade de generalizações e a formação de teorias que possam ser questionadas ou validadas. Também era preciso se questionar os conceitos dominantes nas disciplinas históricas que ignoravam as mulheres. Assim, existia uma clara dificuldade em se conciliar os contextos específicos, que caracterizavam os estudos de mulheres, com os pressupostos gerais e universalistas da mudança histórica concreta.

Desta maneira, depois de todo o esforço inicial em dar visibilidade às mulheres, o desafio seguinte se tornou ainda maior. Tratava-se de construir uma abordagem teórica que desse destaque às mulheres, inserindo-as na história, sem separá-las de suas relações com os homens. Era preciso romper a noção de um universo feminino isolado. Outro desafio colocado seria superar o determinismo biológico popularizado pela sabedoria convencional e explicar as desigualdades encontradas entre homens e mulheres não nas diferenças naturais entre os sexos, mas sim nas diferenças sociais e culturais. Surge então a abordagem de gênero que nasceu visando superar a idéia de esferas separadas para um e outro sexo. O termo gênero (gender) foi popularizado nos países de língua anglo-saxônica com o objetivo de representar a “classificação do sexo”. Nos países onde prevalecem as línguas românicas, entretanto, houve maior dificuldade na aceitação do termo. Isto dificulta a difusão do referido conceito nestes países, pois os dicionários das línguas latinas não referendam o vocábulo gênero como a diferença social entre os sexos.

No Brasil, é comum se referir à humanidade como “gênero humano” como sinônimo de “espécie humana”. Esta imprecisão confunde o leigo que não está familiarizado com toda a discussão sobre a abordagem de gênero. Neste sentido, a espécie humana representa todos os indivíduos humanos, independentemente das diferenças sexuais. O termo gênero é entendido, então, como a representação de um sub-grupo, uma categoria da espécie humana. Contudo, o gênero não se confunde com o

sexo, pois ele é a representação de uma relação. Assim, o gênero rejeita o determinismo biológico e acentua o caráter cultural e social das diferenças sexuais.

Desta forma, o conceito de gênero foi introduzido com o objetivo de captar a relação existente entre homens e mulheres, como uma relação sócio-histórica, ou seja, socialmente construída e que traz embutida relações de poder que perpassam todo o tecido social. A introdução da questão de gênero nos “estudos femininos” teve a pretensão de ser um avanço de caráter epistemológico que marcaria uma ruptura de ordem teórico-metodológica com conceitos pouco elaborados e com as tendências empiricistas prevalentes até então. A abordagem de gênero busca captar um sistema de significações, de acordo com valores e hierarquias sociais, que dão um conteúdo cultural aos sexos, enquanto categorias complementares e, ao mesmo tempo, excludentes. Assim, a passagem da construção cultural do sexo em gênero realça as assimetrias que caracterizam o sistema de gênero relacionando-as aos diversos aspectos das desigualdades sociais.

Na sua totalidade as coisas não aconteceram bem assim. Muitos estudos descritivos de mulheres passaram a ser estudos descritivos de gênero. Houve apenas uma troca de nomes, sendo que a palavra gênero passou a dar um ar mais “científico” para aqueles antigos estudos de mulher. Mas, a despeito de algumas repetições, houve avanços inegáveis. A nova abordagem realçou os mecanismos sociais, econômicos e culturais como os responsáveis pela estratificação de gênero e não as características biológicas dos sexos. Ao invés de naturalizar os gêneros, buscou-se compreender a condição masculina e feminina enquanto elementos constituídos e constitutivos das relações sociais, contrastando o primeiro com o segundo. Buscou-se mostrar que as relações entre os sexos são assimétricas, mas não estáticas, isto é, são relações dinâmicas, mutáveis e sofrem variações tanto estruturais, quanto conjunturais. Isto significa que as relações de gênero são historicamente variáveis e precisam ser sempre contextualizadas. A abordagem de gênero buscou fugir das totalidades universais e dos parâmetros fixos chamando a atenção para o contexto relacional e para a historicidade dos conceitos.

Rubin (1993), mesmo reconhecendo a autonomia da dominação de gênero em relação à dominação de classe, dá ênfase ao aspecto relacional do gênero, assim como a oposição capital versus trabalho se constitui através de uma relação social. Parafraseando Marx, ela pergunta:

“O que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra: uma mulher é uma mulher. Ela só se torna uma doméstica, uma esposa, uma mercadoria, uma coelhinha, uma prostituta ou ditafone humano em certas relações. Retirada dessas relações, ela não é mais companheira do homem do que o ouro, em si mesmo, é dinheiro... etc. O que são então essas relações através das quais uma fêmea torna-se uma mulher oprimida?” (p.2).

Nesta linha define-se a mulher a partir de suas relações com os homens. Mas cabe uma pergunta: até que ponto os aspectos biológicos passaram a ser secundarizados, ignorados ou tratados em outra esfera de análise? É fato corriqueiro a diferenciação do sexo como uma categoria natural-biológica e o gênero como uma categoria sócio-cultural. O sexo passou a ser considerado exclusivamente um dado da natureza biológica. As diferenças do “equipamento fisiológico” entre os sexos nada mais seriam que uma questão de senso comum: o homem, na média, é mais alto e mais forte que a mulher; só a mulher é capaz de gerir, parir e amamentar seus filhos; o órgão genital masculino é para fora – exterior, enquanto o órgão genital feminino é para dentro – interior; os machos produzem espermatozóides e as fêmeas produzem óvulos. Assim, o homem é o macho e a mulher é a fêmea da espécie humana, mas esta é uma das limitações da abordagem de gênero pois a dicotomização dos sexos, muitas vezes, foi aceita sem grandes questionamentos, sendo pouco problematizada. Talvez por isto é que tenha tomado vulto o discurso da defesa da “diferença”, isto é, o discurso das identidades diferentes e dicotomizadas entre os sexos.

Mas se o gênero está localizado no plano da cultura e o sexo no plano da natureza, quais os vínculos existentes entre eles? Na definição de Scott (1998), o gênero é visto como o discurso da diferença sexual e mantém o sexo como referência explicativa:

“Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma

estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos” (1998, p.115).

Esta definição deixa mais ou menos claro que o gênero é uma abordagem polissêmica e plural, mas que se sustenta sobre a dicotomia da diferença sexual. Contudo, a ambivalência do conceito de gênero está justamente no fato de se buscar desnaturalizar e desbiologizar as diferenças sexuais, tendo, entretanto, os dois sexos como referência. A aceitação acrítica da distinção binária entre os sexos é um limitador deste conceito. A abordagem de gênero se diferencia e se distancia da variável sexo, ao substituir o biológico-natural pelo social-cultural. Todavia, deixa o dimorfismo sexual intacto na medida em que não problematiza e desnaturaliza a própria diferença sexual. O sexo seria o substrato do gênero. O sexo seria a diferença natural sobre a qual se constroem a pluralidade de representações de gênero. Mas quais as fronteiras entre sexo e gênero? Até que ponto o gênero é independente do sexo? Até que ponto é possível construir o conceito de gênero sem desconstruir as noções de sexo?

Lauretis (1994) considera que o conceito de gênero baseado na diferença sexual é limitado pois não articula as diferenças entre mulheres e Mulher e toma o feminino como sendo a diferença do masculino, ambos universalizados. Como alternativa, ela concebe um sujeito “engendrado” (marcado por especificidades de gênero) não só nas experiências das relações de sexo, mas também nas relações de raça e classe que conformam as relações da subjetividade com as da sociabilidade. Um sujeito múltiplo, em vez de único e contraditório, em vez de dividido. Neste sentido ela faz quatro proposições:

“(1) Gênero é representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.

(2) a representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.

(3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental – em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou ‘aparelhos ideológicos do Estado’. A construção do

gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo.

(4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação” (p. 209).

Piscitelli (1995), mesmo ressaltando o caráter desnaturalizador do conceito de gênero, chama a atenção para a necessidade de desnaturalizar e historicizar os conceitos de sexo e natureza, para se evitar a armadilha das identidades essenciais. Citando Haraway, ela pondera que:

“A categoria gênero adquiriria poder explicativo e político se historiasse outras categorias – sexo, carne (flesh), corpo, Biologia, raça, natureza -, de tal maneira que a oposição binária e universalizante, elaborada em algum momento e lugar na teoria feminista, explodisse em teorias da corporificação (embodiment) articuladas, diferenciadas e localizadas, nas quais a natureza não fosse mais imaginada e atuada (enacted) como um recurso (ressource) para a cultura, ou como o sexo para o gênero. O problema reside no gênero como identidade global” (p. 52)

Por mais esforço que se tenha feito para se diferenciar os conceitos de sexo e de gênero, os dois permanecem, na maioria das vezes, interpenetrados e se reforçam através da socialização do biológico e da biologização do social. Mesmo aceitando a separação do sexo, como fazendo parte do biológico-natureza e o gênero, como uma relação cultural, Bandeira (1999) faz a seguinte observação:

“Como já se afirmou, em nossa sociedade as explicações das diferenças entre homens e mulheres são ainda predominantemente caracterizadas pelo essencialismo, cujas evidentes determinações biológicas ainda não perderam seu caráter de persuasão dicotômica. A força desse argumento explicativo está na sua própria dinâmica, pois é o conjunto de práticas e de representações, que codifica e recobre tanto a noção de gênero como a de sexo, ambos assentados na matriz da

heterossexualidade. É necessário decodificar o próprio conceito de gênero e desconstruir o conceito de sexo que, muitas vezes, se embaralham com o sistema dicotômico e hierarquizado, originário da classificação sexual, o que certamente constitui o noyau dur do sistema de gênero. No 'jogo dicotômico', aparentemente cada polo parece ser único, diferindo do outro. Aprendemos a pensar nessa lógica e como abandoná-la? Não seria possível que o gênero fosse totalmente dependente do sexo, mas, e a independência total, seria possível?" (p.185).

Em síntese, o conceito de gênero, enquanto uma categoria analítica relacional, pode ser definido em três níveis: é uma construção sócio-cultural e um fenômeno multidimensional que se preocupa com as relações de dependência, poder e prestígio entre os sexos e que é determinado historicamente. Um elemento importante para a compreensão da relação entre gênero e fecundidade é a assimetria existente entre homens e mulheres, o que leva a diferentes graus de acesso e controle sobre os recursos, a desigualdades no processo de tomada de decisões e a presença de relações de dominação/subordinação entre os cônjuges e entre as gerações.

6. RELAÇÕES DE GÊNERO E FECUNDIDADE

As abordagens de gênero são fundamentais para a compreensão do fenômeno da transição da fecundidade na medida em que as desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade fazem com que os custos e os benefícios da geração e criação dos filhos sejam repartidos de forma desigual entre os gêneros, o que afeta as decisões sobre o comportamento reprodutivo e as formas de regulação da fecundidade.

- **Abordagem do patriarcalismo**

Folbre (1983) define o patriarcalismo como “domínio do pai”. O domínio masculino sobre a mulher propicia, para os homens, uma redução do custo dos filhos e uma maior apropriação dos seus benefícios. As mães que sacrificam seu tempo para o cuidado das crianças estão impondo sobre si próprias os custos de criação, enquanto os ganhos

potenciais do trabalho dos filhos e o controle sobre os recursos econômicos são apropriados pelos pais. A autora considera que o desenvolvimento do capitalismo (modernização) enfraquece o patriarcalismo, mas ao invés da eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, leva a uma diminuição dos benefícios econômicos dos filhos, pois a decisão de criar filhos se torna uma atividade extremamente custosa e que não oferece os mesmos benefícios anteriores.

Cain et al (1979) definem o patriarcalismo como “domínio do marido”. O patriarcalismo é definido como um “poderoso sistema de dominação do homem”, que produz uma rígida divisão sexual do trabalho, uma alta segregação no mercado de trabalho e um sistema de estratificação que impinge à mulher um alto risco de um abrupto declínio em seu status econômico, independente do processo de diferenciação por classe social. O patriarcalismo se manifesta em um conjunto de relações sociais, que tem uma base material que permite ao homem controlar a propriedade, a renda e o trabalho da mulher e é, mutuamente, reforçado por fatores institucionais, como o sistema de parentesco, o sistema político e o sistema religioso. Neste contexto, a estratificação de gênero e a segregação feminina no mercado de trabalho são determinantes macro-institucionais da alta fecundidade.

Enquanto Folbre considera que uma alta fecundidade favorece ao pai, Cain et al mostram que a segregação feminina torna a alta fecundidade uma alternativa de apoio para a mulher diante da insegurança econômica e dos riscos de declínio social. No primeiro caso, a dominação masculina se justifica, pois o pai se apropria da riqueza gerada pelos filhos, enquanto no segundo caso, o marido se apropria da riqueza gerada tanto pelos filhos (em nível vertical), quanto pela esposa (em nível horizontal). Nestes tipos de abordagem, a queda da fecundidade seria a consequência não só da reversão do fluxo intergeracional, mas também da eliminação da segregação feminina na família e na sociedade.

- **Abordagem da divisão sexual do trabalho**

Youssef (1982) considera que a fecundidade é diretamente proporcional ao grau de segregação da mulher no domicílio, decorrente da divisão sexual do trabalho. Ela sugere que a situação social da mulher será melhor onde: a mulher contribui mais para a produção de subsistência, do que nas sociedades onde ela contribui menos; haja direito

feminino à propriedade privada; o controle da mulher sobre a propriedade e os direitos à herança sejam maiores; tiver substancial controle sobre os frutos do seu trabalho produtivo; tiver substancial controle sobre os frutos do trabalho masculino; tiver substancial controle sobre o fruto do trabalho conjunto do casal; estiver organizada para as atividades econômicas.

A autora levanta uma série de hipóteses para explicar o poder de decisão da mulher na família, a divisão sexual do trabalho e a fecundidade: padrões diferentes de alocação de trabalho entre os sexos estão associados com maior ou menor participação da mulher nas decisões da família; as mulheres que desempenham atividades de valor econômico para a família terão maior poder nas decisões familiares; as mulheres têm maior poder de decisão familiar nas sociedades onde há pequena diferenciação nos papéis sexuais com respeito a divisão de trabalho; as mulheres têm pequeno poder nas decisões familiares nas sociedades onde há segregação por sexo na divisão do trabalho na família, tendo, por conseqüência, incentivos para uma alta fecundidade; quanto maior a influência e poder da mulher no processo de decisão familiar, maior será seu controle sobre a fecundidade; os trabalhos que geram renda e sobre os quais a mulher tem algum controle estarão associados com a maior influência nas decisões familiares e, em particular, com decisões relacionadas com a fecundidade.

Jelin (1982) considera que a divisão sexual do trabalho limita a participação da mulher em atividades de maior valor e prestígio, devido: a) restrições pelo lado da oferta, pois os compromissos com as tarefas domésticas limitam a articulação feminina em atividades extra-domésticas; b) restrições pelo lado da demanda, pois as condições prevalentes no mercado de trabalho podem ser marcadas por abundância na oferta de mão-de-obra e por uma baixa capacidade de geração de emprego (insuficiência de demanda) e o mercado de trabalho feminino marcado por práticas discriminatórias e pela segregação ocupacional. A autora observa que para se compreender os fenômenos demográficos e, especialmente a fecundidade, é preciso observar como se relacionam as atividades econômicas e as atividades domésticas, como as atividades econômicas das mulheres se relacionam com as atividades econômicas dos homens e como a divisão sexual do trabalho se modifica com o processo de desenvolvimento econômico.

- **Abordagens sobre status e autonomia da mulher**

Segundo Mason (1988), a desigualdade de gênero se manifesta em três dimensões: a) desigualdade em poder; b) desigualdade no “acesso a” e no “controle sobre” os diversos recursos; c) desigualdade em prestígio. A autora estabelece sete hipóteses de como o processo de independência-controle-autonomia afeta a fecundidade: 1) um aumento da autonomia feminina facilita o adiamento de casamento e a queda da fecundidade onde a baixa idade ao casar é uma estratégia dos membros mais velhos da família para controlar a sexualidade das mulheres solteiras; 2) a independência econômica da mulher facilita o adiamento do casamento e a queda da fecundidade onde o marido controla os direitos do trabalho feminino; 3) uma estrutura igualitária de família reduz a fecundidade onde prevalece a estrutura patriarcal; 4) a independência econômica da mulher facilita o declínio da fecundidade onde existe uma forte preferência por meninos; 5) a autonomia feminina enfraquece a dependência que a mulher tem do seu papel maternal nas sociedades fortemente segregadas; 6) a autonomia da mulher influencia seu acesso aos conhecimentos e modos de ação modernos e, portanto, sua propensão em engajar-se em comportamentos inovadores, incluindo limitação da família; 7) a maior igualdade social e intimidade entre os cônjuges tende a influenciar a fecundidade através do peso que o bem-estar e a saúde da esposa desempenham no processo de tomada de decisões, e pela influência no uso efetivo de contraceptivos.

Visando entender a questão da autonomia e do poder da mulher no domicílio, Mason et al (1995), em pesquisa realizada em cinco países asiáticos (Índia, Paquistão, Malásia, Filipinas e Malásia) elaboraram uma série de questões visando abordar cinco dimensões da autonomia feminina: 1) Autoridade nas decisões econômicas – representado pela informação sobre a participação da mulher em três esferas de decisão econômica: compra de comida, outros bens do domicílio e jóias; 2) Mobilidade – representado pela liberdade da mulher em se locomover a cinco lugares: centro de saúde, centro comunitário, casa de parente ou amigo, uma feira e uma vila próxima; 3) Livre de ameaça – representado por três situações: se a mulher tem medo e apanha do marido, se ela apanha mas não tem medo do marido e se ela tem medo mas não apanha do marido; 4) Acesso a recursos econômicos – representado em quatro níveis: participação na decisão de como a renda familiar é gasta, se tem acesso a dinheiro para gastar, se tem liberdade para comprar pequenos bens, jóias e presentes; 5) Controle sobre recursos econômicos – se algum patrimônio familiar (terra/jóias/vasilhas) pertencem à mulher e se

é controlado por ela, se ela tem ou teve influência na definição do seu dote, se ela espera ser sustentada na velhice através de suas próprias poupanças.

Examinando as mudanças de gênero e no status da mulher como indicador de mudanças na fecundidade, Cosio-Zavala (2002) resenha quatro pesquisas realizadas em países com nível intermediário de fecundidade (Nigéria, Índia, Paquistão e México) e apresentadas na Conferência Geral de População da IUSSP em Salvador, em agosto de 2001. Ela chama atenção para a necessidade de se examinar o grau de envolvimento dos homens na vida da família e nos vários estágios da reprodução. Para o caso da Nigéria, Kritz e Makinwa-Adebusoye (2001) estabelecem sete diferentes medidas de autoridade da mulher no sentido de determinar quais dimensões tem relações mais robustas sobre o comportamento reprodutivo. As autoras comparam como os indicadores de autoridade baseados nas percepções das esposas, maridos e casais diferem uma das outras e mostram que a autoridade da mulher, quando tem o acordo do parceiro tem uma relação mais forte sobre o comportamento reprodutivo. Finalmente eles examinam se a autoridade da mulher influencia o uso de contraceptivos pelas esposas e maridos. O trabalho recomenda o uso de diferentes indicadores de autoridade e indica que a autoridade da mulher está mais relacionada com a aprovação do planejamento familiar e o uso de contraceptivos do que pela decisão de não ter mais filhos. Os desacordos entre maridos e esposas têm altos efeitos sobre varias medidas da autoridade feminina.

Para o caso da Índia e Paquistão, Sathar, Callum e Jejeebhoy (2001) mostram que, no Sul da Ásia, os sistemas de gênero desempenham um papel central no ritmo da transição da fecundidade. As autoras trabalham com três dimensões de status da mulher: a) variáveis de desenvolvimento – posse de bens duráveis modernos, acesso a banheiros, casas de tijolo e eletricidade; b) indicadores de autonomia feminina – mobilidade, capacidade de decisão, acesso a e controle sobre recursos e estar livre de ameaça do marido; c) terceiro bloco – região, nacionalidade e religião.

No caso do México, Casique (2001) analisa os dados da Pesquisa Nacional de Planejamento Familiar (ENAPLAF, 1995) que inclui questões relacionadas com a autonomia das esposas e da capacidade de decisão na família e sua relação com o uso de métodos contraceptivos. O estudo mostra que o “empoderamento” da mulher está positivamente associado com o uso de métodos contraceptivos no México, mas os indicadores de autonomia e de capacidade de decisão têm efeitos diferenciados. Garcia e Oliveira (2001) mostram que a despeito do grande crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, homens e mulheres continuam considerando masculino o papel

de provedor, que está associado com a idéia de poder masculino, a noção de suporte, proteção, representação da família (esposa e filhos), responsabilidade e defesa da honra. A noção de provedor é valorizada como um indicador de masculinidade.

Cosio-Zavala conclui mostrando que o uso da perspectiva de gênero é um importante fator para enriquecer o arcabouço teórico da transição da fecundidade nos países do Terceiro Mundo, particularmente naqueles com baixo nível de desenvolvimento econômico. Ela considera que são necessários mais estudos utilizando dados em nível individual, perguntando aos homens e às mulheres sobre suas relações mútuas e entre os membros da família e do domicílio, contextualizando as análises em termos dos diversos sistemas de gênero.

- **Abordagem da participação feminina no mercado de trabalho**

O trabalho de Lim (2002) considera que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho é um dos fenômenos mais marcantes das recentes décadas em todo o mundo. Analisando um grupo de países com nível intermediário de fecundidade (entre 5 e 2,1 filhos) examina a elusiva e ambígua relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e a fecundidade. Levando-se em conta as tendências e padrões recentes, o estudo considera que o aumento de participação feminina no mercado de trabalho não tem ocorrido pelo aumento na qualidade e no tipo de emprego que a mulher está engajada, sendo que as condições de trabalho não têm levado a um verdadeiro “empoderamento” da mulher, não tem oferecido alternativas satisfatórias para a “maternagem” ou não tem envolvido sérias incompatibilidades entre o trabalho pago e o não pago.

O estudo começa lembrando as principais hipóteses entre participação feminina no mercado de trabalho e declínio da fecundidade: a) o trabalho feminino eleva o poder e o status da mulher, possibilitando que a mulher tenha maior controle sobre a renda e os recursos, aumentando seu poder de decisão na família e, conseqüentemente, sobre a decisão reprodutiva; b) o conflito entre o papel produtivo e reprodutivo da mulher eleva o custo de oportunidade de ter filhos; c) os serviços para o cuidado dos filhos não estão facilmente disponíveis e a intensidade e qualidade do cuidado dos filhos acaba por restringir as atividades econômicas das mulheres; d) o efeito interrupção (do período de saída do mercado de trabalho para criar os filhos) envolve pesados custos; e) os retornos e as satisfações que as mulheres obtêm da participação no mercado de trabalho é maior

do que as de ter um ou mais de um filho; f) o emprego da mulher e a capacidade de conseguir sua própria renda elevam sua independência econômica e reduz a necessidade de ter filhos como forma de se segurar na velhice ou em condições econômicas adversas; g) a contribuição feminina para o bem-estar da família reduz a preferência por meninos e muda as atitudes em relação ao valor das meninas; h) maior participação feminina no mercado de trabalho está relacionada com maior nível educacional o que eleva a idade do primeiro casamento e da primeira gravidez; i) o trabalho da mulher e o crescimento na carreira antes do casamento também elevam a idade ao casar e da primeira gravidez.

Contudo, a natureza do trabalho feminino, os tipos de emprego e as condições de trabalho que podem “empoderar” a mulher, exacerbar a incompatibilidade entre produção e reprodução, elevar seu status e capacidade de decisão dentro da família, aumentar sua independência econômica e oferecer retornos alternativos à satisfação de ter filhos podem ser identificados como: a) trabalho assalariado fora do domicílio – particularmente em empresas não familiares; b) empregos produtivos e remunerados no setor formal ao invés do setor informal da economia; c) emprego regular, de tempo integral, que são permanentes e seguros; d) emprego regular ou com horas fixas de trabalho; e) empregos de qualidade, com perspectivas de carreira, que gera compromisso e oferece alternativas aos afazeres domésticos e à maternidade; f) empregos que oferecem oportunidades de progresso ao invés de estáticos e oferecem oportunidades de mobilidade ocupacional ou geográfica; g) mercado de trabalho que não seja segregado por sexo; h) empregos que permitem às mulheres aumentar sua organização e representação e sua voz no local de trabalho e na sociedade; i) empregos que possibilitem acesso à previdência social e j) empregos que não elevem a incorporação do trabalho infantil.

Existem grandes evidências confirmando que não é a entrada da mulher no mercado de trabalho per si, mas a qualidade do emprego, que possibilita o “empoderamento” econômico da mulher e eleva sua capacidade de decisão nas questões reprodutivas. Nesse sentido, o estudo propõe examinar uma série de indicadores da qualidade do emprego feminino e das condições de trabalho que podem predizer futuras tendências da fecundidade: a) status do emprego; b) taxas de desemprego abertas; c) emprego no setor formal ou informal; d) setor de atividade do emprego; e) local do emprego; f) segregação ocupacional; g) tamanho da empresa; h) trabalho infantil; i) migração para o emprego; j) outros indicadores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a demografia na sua acepção mais ampla de estudos populacionais, procurou-se mostrar que o estudo da dinâmica demográfica, particularmente a análise da transição da fecundidade, requer a compreensão da dinâmica econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento econômico e, em especial, das mudanças nas relações de gênero.

A queda nas taxas de fecundidade é um fenômeno que está se espalhando por todo o mundo, apesar de ainda existirem elevados diferenciais entre os países e regiões do planeta. Existem diversas abordagens teóricas para explicar este processo de redução do número médio de filhos das mulheres e dos casais.

Como a transição da fecundidade é um processo complexo e multifacetado, existem teorias que enfocam o aspecto macro, enquanto outras enfocam os aspectos micro. Uma vêem determinantes econômicos e outras os determinantes culturais. Algumas enfocam o uso de métodos e práticas de regulação da fecundidade e estudam a sua difusão. Outras analisam a relação e a direção do fluxo de riquezas entre as gerações, etc. Nem sempre estas diversas abordagens são contraditórias ou excludentes.

A revisão da bibliografia apresentada buscou mostrar os aspectos centrais de cada abordagem sobre a transição da fecundidade, deixando claro que as questões de gênero foram pouco realçadas no passado. Contudo, nos últimos 20 anos os estudos demográficos, tratando da temática de gênero, cresceram e enriqueceram a explicação da transição da fecundidade, já que a demografia sempre trabalhou com a variável sexo, mas só recentemente começou a incorporar de forma criativa a variável gênero. A introdução da perspectiva de gênero nos estudos demográficos é fundamental, pois trata-se de um tema transversal que pode ser incorporado nos diversos escopos teóricos.

Os estudos que abarcam as questões de gênero na transição da fecundidade são muito ricos e abrangem temas como o patriarcalismo, a divisão sexual e social do trabalho, o status e autonomia das mulheres e a segregação e a discriminação no mercado de trabalho. A perspectiva de gênero não se contrapõe às diversas abordagens da transição da fecundidade, mas constituem-se um elemento a mais para explicar o processo de redução do tamanho das famílias e adoção de um padrão de preferência por poucos filhos.

A literatura revista no texto não é exaustiva, mas é suficiente para se dar a dimensão das possibilidades de estudo e apontam para um campo de pesquisas extremamente fértil. Tanto do ponto de vista da análise, quanto da justiça social, as questões de raça, geração e gênero constituem recortes imprescindíveis dos estudos demográficos e da pesquisa social.

8. BIBLIOGRAFIA

A SITUAÇÃO da população mundial 1999. New York, FNUAP, 1999.

ASHFORD, L. **Políticas de población: avances em los derechos de la mujer**. Population Bulletin, Population Reference Bureau, Washington, v.56, n.1, 2001.

BANDEIRA, L. Relações de gênero, corpo e sexualidade. In: GALVÃO, L., DÍAZ, J. **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1999.

BECKER, S. GARY Na economic analysis of fertility. In: **Demography and economic change in developed countries**. New York, NBER, 1960.

BONGAARTS, J.; BULATAO, R. Completing the demographic transition. **Population and Development Review**, New York, v.25, n.3, p.515-529, Sept. 1999.

CAIN, M. KHANAM, S. NAHAR, S. Class, patriarchy, and women's work in Bangladesh. Population and Development review, New York, v. 5, n.3, 405-438, 1979.

CALDWELL, J. C. The globalization of fertility behavior. **Population and Development Review**, New York, v.27, 2001. (Supplement to Global fertility transition)

CALDWELL, J. C. **Theory of fertility decline**. London : Academic, 1982.

CALDWELL, J. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, New York, v. 2, n 3-4, 321-366, set/dec, 1976.

CALDWELL, J. C. **Theory of fertility decline**. London : Academic, 1982.

CASIQUE, I. **Women's autonomy and power and use of contraception in México: what difference does it make?**, IUSSP, XXIV General Population Conference, Salvador, Brazil, 18-24 august, 2001.

CAVENAGHI, S. **A spatial-temporal analysis of fertility transition and health care delivery system in Brazil**. Dis. University of Texas at Austin, 1999.

CLELAND, J., WILSON, C. Demand theories of the fertility transition: an iconoclastic view. **Population Studies**, New York, v. 41, n.1, 5-30, march, 1987

COALE, A. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, L.; KOBAYASHI, K. (Ed.). Fertility transition of east asian populations. Honolulu : University Press of Hawaii, 1979. cap. 2.

COALE, A.; HOOVER, E. **População e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

COHEN, Joel. **How many people can the earth support?**, New York, Norton & Co., 1995.

COSIO-ZAVALA, M. E. Examining changes in the status of women and gender as predictors of fertility change issues in intermediate-fertility countries,

<http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility.htm>, 2002

- DAVIS, K. The theory of change and response in modern demographic history. In: **Population Index**, Princeton, v. 29, n.4, 345-366, 1963
- EASTERLIN, R. An economic framework for fertility analysis. **Studies in family planning** 6: 54-63, 1975.
- EASTERLIN, R, CRIMMINS, E.N. **The fertility revolution: a demand-supply analysis**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1985.
- EHRlich, P. **The population bomb**, New York, Ballantine Books, 1968.
- FOLBRE, N. Of patriarchy Born: the political economy of fertility decisions. *Feminist Studies*, College Park, v.9, n.2, 1983
- GARCIA B., OLIVEIRA, O. Fatherhood among middle and low income sectors of urban México. IUSSP, XXIV General Population Conference, Salvador, Brazil, 18-24 august, 2001.
- GOLDANI, A. M. What will happen to brazilian fertility.
<http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility.htm>, 2002
- GOLINI, A. How low fertility can be? an empirical exploration. **Population and Development Review**, New York, v.24, n.1, p.59-73, mar. 1998.
- HODGSON, D.; WATKINS, S. C. Feminists and neo-malthusians: past and present alliances. **Population and Development Review**, New York, v.23, n.3, p.469-523, Sept., 1999.
- JELIN, E. Women and the urban labour market. In: ANKER, R. et al. *Women's roles and population trends in the third world*, London, Croom Helm, cap. 8, 173-202, 1982.
- KNODEL, J.; VAN DE WALLE, E. Lessons from the past: policy implication of historical fertility studies. **Population and Development Review**, New York, v.5, n.2, p.217-246, Jun. 1979.
- KRITZ M, MAKINWA-ADEBUSOYE P. **A couple agreement on wife's autonomy and reproductctive dynamics in Nigéria**. IUSSP, XXIV General Population Conference, Salvador, Brazil, 18-24 august, 2001.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA H. **Tendências e impasses. O feminismo como crítica da modernidade**. Rocco, 1994.
- LESTHAEGHE, R.; WILLEMS, P. Is low fertility a temporary phenomenon in the european union? **Population and Development Review**, New York, v.25, n.2, p.211-228, Jun. 1999.
- LIM, L. Female labour-force participation. www.un.org/esa/population, 2002
- MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).
- MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980
- MASON, K. **The impact of women's social position on fertility in developing countries**. Houghton, Population Studies Center, The University of Michigan, 1988
- MASON, K. et al. **Determinants of women's power and autonomy infive Asian Coutries**. Paper presented to the Annual Meeting of the Population association of America, April, San Francisco, 1995.
- MASON, K. **Explaing fertility transitions**. *Demography*, v. 34, n.4, 443-54, Silver Spring, Maryland, nov 1997.

MATTHEWS, B. **Towards an understanding of the relationship between gender and fertility strategies**. Tesis, University of Western Ontario, Canada, 1994

MCNICOLL, Nathan. **The agenda of population studies: a commentary and a complaint**. In Population and Development Review, 18, 1992, pp. 399-420.

NEWELL, C. 1988. *Methods and Models in Demography*. Pp. 217, New York: The Guilford Press.

NOTESTEIN, F. Population: the long view. In: SCHULTZ, T.W. (Ed.) **Food for the world**. Chicago: Universit of Chicago Press, 1945.

OLIVEIRA, M.C.F.A.; SZMRECSÁNYI, M. I.Q. F. Fecundidade. In: SANTOS, J.L.F.; LEVY, M.S.F.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.) **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

ONU - Population Division of United Nations, Fertility levels and trends in countries with intermediate levels of fertility . www.un.org/esa/population 2002, p.15

PERPETUO, I. H. O; WONG, L. Long-term perspectives on Brazilian fertility levels. In: WORLD population projections revision. Washington: National Research Council, 1999.

FÍGOLI, M., WONG, L. O processo de finalização da transição demográfica na América Latina. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos de População, Ouro Preto, 2002.

PRB, World Population Data Sheet, 2002, PRB, www.prb.org

PRESTON, S. H., HEUVELINE, P. e GUILLOT, M. 2001. *Demography*. Oxford: Blackwell, Pp. 291.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL. Washington: Banco Mundial, 1984.

RETFERD, R.; PALMORE, J. Diffusion process affecting fertility regulation. In: BULATAO, R.; LEE, R. (Ed.) **Determinantes of fertility in developing countries**. Washington : National Academy Press, 1983. p.761-796.

RILEY, N. Research on gender in demography: limitations nd constraints. **Population Research and Policy Review**, v. 17, n. 6, 521-38, dec 1998.

RIOS-NETO, E. MxCRAKEN, S. RORIGUES, R. Contraceptive use and fertility in Brazil. In: Demographic and Health Surveys World Conference, 1991, Washington, **Proceedings**. Columbia, IRD Macro International, v.1 113-134, 1991.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife, SOS Corpo, 1993.

SATHAR, Z. CALLUM C. JEJEEBHOY S. Gender, region, religion and reproductive behaviour in Índia and Pakistan. IUSSP, XXIV General Population Conference, Salvador, Brazil, 18-24 august, 2001.

SCHOFIELD, Roger e COLEMAN, David. **The State of Population Theory: forward from Malthus**, Basil Blackwell, Ltd, Oxford, UK, 1986.

SCHULTZ, T. New economic approaches to fertility. Proceedings of a conference, Journal of political economy 81 (2, parte II), 8-9 de junho, 1972

SHRYOCK, H. and SIEGEL, J. **The Methods and Materials of Demography**, Washington, DC, Academic Press. 1976

- SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SCOTT, J. An useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989.
- UNFPA – The state of world population 2000. New York: UNFPA, 2000.
- TSUYA, n., MASON, K. Changing gender roles and below-replacement fertility in Japan. In: **Gender and family change in industrialized countries**, edited by MASON, k. and JENSEN, A. Clarendon Press, Oxford, England, 1995.
- VAN de KAA, D. J. **Europe's second demographic transition**. *Population Bulletin*, Washington, v.42, n.2, p.1 – 59, Mar. 1987.
- WATKINS, S. If all we knew about women was what we read in *Demography*, what would we know? **Demography**, v. 30, issue 4, 551-577, nov. 1993
- WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington, World Bank, 1991.
- YOUSSEF, N. The interrelationship between the division of labour in the household, women's roles and their impact on fertility. In: ANKER, R. et al. *Women's roles and population trends in the third world*, London, Croom Helm, cap. 9, 202-231, 1982.